II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 9

St9 MULHERES DE DIREITA NOS SÉCULOS XX E XXI

COORDENADO POR



Eduardo dos Santos Chaves

PPGH Unimontes PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL | LAPPS ufjf LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL | Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

MULHERES DE DIREITA NOS SÉCULOS XX E XXI

7 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Eduardo dos Santos Chaves

SESSÃO ÚNICA

7 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Entre o carisma e a autoridade da pregação pentecostal: o efeito Helena Raquel no Congresso Gideões Missionários da Última Hora - GMUH (2026)	14h10
2	"A mão que embala o berço governa o mundo": a construção do perfil e da moral da mulher integralista por meio da revista Anauê! (1935-1937)	14h25
3	Sentinelas da Ordem: A Ação Democrática Feminina Gaúcha e o Golpe de 1964	14h40
4	"A verdadeira feminista": O pensamento feminista de Lily Lages (1931-1933)	14h55
5	Mundos do trabalho e as blusas-verdes da Ação Integralista Brasileira (1935-1937)	15h10
6	O Movimento das Tradwives no Contexto de Ascensão das Direitas no Brasil	15h25
7	"Substantivo Feminino" e a memória da ditadura militar e das mulheres conservadoras do Rio Grande do Sul	15h40
8	"Schema das theses a serem desenvolvidas pelas blusas-verdes em todos os núcleos do paíz": as mulheres e a Ação Integralista Brasileira (1932-1937)	15h55
9	Thatcher e a reprodução social do thatcherismo: um projeto de política, de economia e de gênero	16h10
10	Militância feminina de direita: a análise da participação das mulheres no Portugal do Estado Novo e da ditadura civil-militar brasileira	16h40
11	Entre a passividade doméstica e o duro serviço da Pátria: agência feminina na revista falangista Medina (1941-1945)	16h55
12	"Mulheres x Erika Hilton": os ataques de uma deputada de direita à eleição de Erika Hilton (Cmulher, 2026)	17h10

"Substantivo Feminino" e a memória da ditadura militar e das mulheres conservadoras do Rio Grande do Sul

Eduardo dos Santos Chaves[1]

A comunicação analisa os embates entre a história e a memória do movimento ambientalista do Rio Grande do Sul e da ditadura militar por meio do documentário "Substantivo Feminino", lançado em 2017. Procurando narrar parte da história do movimento ambientalista gaúcho, o documentário discorre a respeito da trajetória de duas mulheres militantes, Magda Renner e Giselda Castro, vistas como "pioneiras" da luta em defesa da natureza no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade da década de 1970. O principal objetivo deste trabalho é compreender de que maneira o documentário contribui com a construção de uma memória coletiva que enaltece as trajetórias das personagens, silenciando parte do histórico da organização que deu origem a militância ambientalista, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), entidade que elas fundaram, construíram e militaram, e, cuja atuação entre 1964 e 1985 oscilou entre aderir e se acomodar ao regime ditatorial. A ADFG foi uma entre muitas das entidades criadas entre 1962 e 1964 no Brasil, compostas por mulheres conservadoras, oriundas das elites e das classes médias, que tomaram as mais diferentes ruas das cidades brasileiras em oposição ao governo de João Goulart (1961-1964). Dessa forma, durante a ditadura a maior parte dessas organizações de mulheres comportou-se de modo adesista em relação à ditadura militar ou paulatinamente inseriram-se nos denominados "jogos de acomodação", como foi o caso da ADFG. A questão desta comunicação, no entanto, é analisar como se operacionalizou a construção de memória sobre a ADFG na história recente, procurando compreender, desse modo, os contextos políticos em que ela se expressou, quais atores sociais se envolveram com sua elaboração e, sobretudo, como ela dialoga com uma construção de memória cuja origem se desenvolveu após a Lei de Anistia de 1979. A comunicação se insere nas discussões relacionadas à história das mulheres conservadoras e de direita, bem como nos debates sobre as tensões entre a memória e a história das direitas durante a ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Mulheres de Direita; Ditadura Militar; Memória.

[1] Coordenador do ST9. Doutor, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). educhaves4@gmail.com

Entre o carisma e a autoridade da pregação pentecostal:

o efeito Helena Raquel no Congresso Gideões Missionários da Última Hora - GMUH (2026)

Matheus Marques Gobetti[2]

A seguinte comunicação tem como objetivo apresentar em análises preliminares a pastora Helena Raquel e sua ministração no 41° Congresso Internacional de Missões Gideões Missionários da Última Hora (GMUH), sediado em Camboriú - SC, em maio de 2026. O evento realizado anualmente desde 1983 assumiu grandes proporções políticas e midiáticas durante a segunda década do século XXI e a recente exposição bíblica da pastora Helena assumiu grande repercussão pública, rompendo com os limites litúrgicos do discurso da pregação pentecostal tradicional, tornando-se, portanto, um rico material de análise de um outro revestimento político-social, veiculado no maior palco do pentecostalismo enquanto fenômeno evangélico brasileiro. O GMUH situa-se enquanto vitrine da representação evangélica pentecostal em seus âmbitos mais relevantes e promissores: a ação missionária, a música gospel e a pregação pentecostal, bem como seu recente potencial político alinhado à Direita. Portanto, utilizou-se como fontes os sites e vídeos produzidos pela própria organização do GMUH e a pregação da pastora Helena Raquel disponível no canal oficial do evento no Youtube. Foi realizado um levantamento da estrutura do congresso de missões GMUH e sua história recente enquanto clímax do movimento pentecostal institucionalizado no Brasil e como núcleo de análise a pesquisa direcionou-se para a análise do discurso da pregadora Helena Raquel no 41° Congresso do GMUH, sua repercussão midiática nos âmbitos secular e religioso, bem como de sua trajetória ministerial para fins de legitimação pública ao apresentar-se em dia e horário nobres no evento. A temática central de sua fala se ateve a uma denúncia em tom exortativo, utilizando-se de levantamento de dados acerca de taxas de violência contra a mulher e abuso infantil no Brasil. O firme incentivo para que mulheres e crianças que a assistiam denunciassem discando 180 causou grande comoção pública, sobretudo de âmbitos extra denominacionais os quais viram em sua fala uma outra forma de ser mulher evangélica conservadora em um meio marcado pela história política recente do país por forte alinhamento à Direita e constante distanciamento da luta por direitos sociais. A afirmativa de que não possui nenhum alinhamento a qualquer movimento feminista, situa a figura de Helena Raquel a outro âmbito de agenciamento feminino conservador, o que justifica a relevância da temática para os estudos políticos, de gênero e sobre o conservadorismo feminino no Brasil.

Palavras-chave: Conservadorismo feminino; Direita evangélica; Pregação pentecostal; Helena Raquel; GMUH.

[2] Graduando, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista: Programa de Educação Tutorial (PET-História UFPR). gobetti.ufpr@gmail.com

"A mão que embala o berço governa o mundo":
a construção do perfil e da moral da mulher integralista por meio da revista Anauê! (1935-1937)

Rodrigo Carvalho do Nascimento [3]

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar como a Ação Integralista Brasileira (AIB) lançou mão de diversos mecanismos e estratégias para construir/preservar a moral e o perfil de suas militantes, através da revista Anauê!. Esse importante impresso, criado em 1935, representou uma ruptura no modelo de imprensa e também na estrutura organizacional da AIB, que passava a se apresentar como um partido. Durante sua existência legal (1932- 1937), a AIB contou com o apoio não só de homens (camisas-verdes), como também de mulheres (blusas-verdes), já que, para atingir suas pretensões, designou diferentes funções de acordo com o sexo para a sua militância. Segundo Cavalari (1999, p. 59), "ao homem cabiam o raciocínio, a análise e a abstração, já à mulher cabiam a sensibilidade, os sacrifícios e as renúncias". Mesmo com essa diferenciação, os militantes integralistas tinham papéis complementares no interior da organização, onde, de diferentes modos, colaboravam para o seu crescimento. No que tange à atuação feminina nas fileiras do integralismo, nota-se um investimento em designá-las como responsáveis pelo futuro não só da organização e de sua cultura política, mas, ainda, da pátria. A atuação feminina nas fileiras integralistas não se restringia a execução de atividades nos setores da organização, mas envolvia, sobretudo, a construção de um modelo de conduta. A formação das blusas-verdes ultrapassava sua atuação institucional, atingindo questões do seu cotidiano e demonstrando que a moral feminina tornava-se um elemento importante ao projeto político e doutrinário integralista. Nesse sentido, torna-se importante verificar como, através dessa revista, o integralismo buscou construir um modelo ideal de mulher, moralizada e dócil.

Palavras-chave: História; Integralismo; Blusas-Verdes; Moral.

[3] Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), Universidade Federal do Piauí (UFPI). rodrigo.nascimento@ufpi.edu.br

Sentinelas da Ordem:
A Ação Democrática Feminina Gaúcha e o Golpe de 1964

Pedro Heineck Moraes[4]

Esta comunicação investiga a atuação política das mulheres da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) na conjuntura do golpe civil-militar de 1964, em Porto Alegre. Situada no campo da mobilização feminina anticomunista que antecedeu e legitimou a o golpe de 1964 (ao lado de organizações como a CAMDE e a União Cívica Feminina), a ADFG constitui um caso privilegiado para pensar as direitas e a constituição das mulheres como sujeitos políticos do conservadorismo. O problema que orienta a pesquisa reside no aparente paradoxo dessa mobilização: mulheres que ocupam o espaço público justamente para reafirmar a própria domesticidade, acionando um repertório de gênero ancorado no maternalismo, na religião e na defesa da tríade "Deus, Pátria e Família". A hipótese central é a de que tal atuação não se reduz a uma extensão do lar à rua nem a uma adesão passiva ao discurso masculino da ordem, configurando-se como uma forma situada de agência, um meio-termo entre subordinação e autonomia, que instrumentaliza o ideário da domesticidade como recurso de intervenção pública. Sustenta-se, ainda, que o operador central dessa mobilização foi de ordem afetiva: o medo anticomunista, a indignação moral e a devoção religiosa funcionaram como uma fronteira emocional que delimitava os contornos da feminilidade legítima e sancionava sua transgressão. Metodologicamente, este trabalho se faz através do cruzamento de fontes distintas: a documentação hemerográfica gaúcha do período e os registros produzidos pela própria organização e por seus círculos de mobilização. O tratamento privilegia a análise do discurso e a atenção ao repertório afetivo e moral dessas mulheres, reconstituindo tanto sua atuação pública quanto a gramática emocional que lhe conferia legitimidade.

Palavras-chave: Anticomunismo; Ação Democrática Feminina Gaúcha; Mulheres de Direita.

[4] Mestrando, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista: CNPq. pedroheineckmoraes@yahoo.com.br

"A verdadeira feminista":
O pensamento feminista de Lily Lages (1931-1933)

Francine Leôncio Mendonça de França [5]

Esta pesquisa faz parte do projeto de mestrado em andamento: "Traçando histórias do movimento feminista em Alagoas: a atuação da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (1932-1960)", e propõe analisar o pensamento de Lily Lages acerca do que deveria ser o feminismo em sua perspectiva, nos primeiros anos de sua atuação como feminista organizada. O destaque dado à Lily se dá pela sua trajetória acadêmica e política de destaque na década de 1930, que além de médica foi a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada na Assembleia Legislativa de Alagoas, em 1934. Lily também foi a fundadora da filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em Alagoas (1932), onde colocou seu ideal de feminismo em prática. Pela sua posição social, textos de sua autoria e notícias sobre a atuação da Federação Alagoana pelo Progresso Femino são publicadas pelos jornais, ressaltando sua contribuição para a sociedade alagoana e para o engrandecimento da mulher. Compreendemos o feminismo como um campo político em disputa desde seus primeiros momentos, sendo atribuído ao termo diferentes significados a depender do grupo ou indivíduo que faz seu uso (Glaucia Fraccaro, 2018, p.11). Portanto, identificamos o feminismo de Lily Lages como "feminismo liberal", que segundo Joana Maria Pedro (2006, p. 271, nota n. 34) é um "movimento que luta pela promoção de valores individuais, pela igualdade entre homens e mulheres, e que reivindica leis que promovam essa igualdade completa.", alinhado com os ideais da FBPF mas com forte viés eugenista devido a formação acadêmica de Lily. Como fontes principais, foram utilizados dois discursos de Lily publicados pela Imprensa Oficial (Maceió) em 1932: seu discurso proferido na cerimônia de posse na Academia Guimarães Passos (setembro de 1931) e na sessão solene de fundação da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (13/05/1932). Além de uma publicação no Jornal de Alagoas, "Avante Mulheres" de 23 de março de 1933.

Palavras-chave: História de Alagoas; História das mulheres; Feminismo.

[5] Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Alagoas (UFAL). francine.franca@ichca.ufal.br

Mundos do trabalho e as blusas-verdes da Ação Integralista Brasileira (1935-1937)

Júlio Bueno Rosa Neto[6]

As três primeiras décadas do século XX ficaram grifadas na História do Brasil republicano como um período de intensas mudanças administrativas, econômicas, culturais, paisagísticas, no avanço de políticas estatais e dos direitos civis. Neste contexto, a condição das mulheres no Brasil sofreu significativas alterações ao conquistarem mais espaço de atuação política nos mundos do trabalho, a partir da criação ou maior participação das militantes, assalariadas ou autônomas, em coletivos e associações de classe, assim como na representação política, ainda que tímida, na democracia liberal com o acesso das mulheres ao direito, ainda que facultativo, de votarem e serem votadas sem restrições impostas no Código Eleitoral de 1932, com a promulgação da Constituição Federal de 1934. Levando em consideração o panorama geral apresentado, esta comunicação de pesquisa pretende abordar como a Ação Integralista Brasileira (AIB) mobilizou as suas militantes no espaço público, principalmente a partir do "Ano Verde" (1936) — considerado um momento de relevante expansão dos núcleos integralistas pelo País —, para a arregimentação do operariado e das camadas populares, visando o processo eleitoral previsto para 1938, por meio das atividades profissionais envoltas da reprodução social do trabalho e do cuidado. Ademais, irei tratar a respeito da atuação das blusas verdes nos órgãos sindicais internos da AIB, a maior organização latinoamericana de extrema direita do século passado, e das suas reivindicações trabalhistas enquanto mulheres pertencentes a classe trabalhadora. Para realizar a análise documental crítica desta comunicação de trabalho, irei utilizar a imprensa integralista, em especial o jornal de maior circulação e distribuição em âmbito nacional, A Offensiva, assim como outras fontes oficiais, deste partido político.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; Blusas-verdes; Mundos do Trabalho.

[6] Doutorando, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). bueno.julio@unifesp.br

O Movimento das Tradwives no Contexto de Ascensão das Direitas no Brasil

Maria Eduarda Finger[7]
Yasmin Vieira Favaron[8]

O movimento tradwife tem ganhado espaço nas redes sociais a partir da divulgação de conteúdos que valorizam uma concepção "tradicional" de feminilidade, fortemente caracterizada pela valorização da maternidade, do casamento, da dedicação ao lar e pela ideia do homem como provedor e autoridade familiar. Nesse sentido, a construção da figura da tradwife está diretamente relacionada à idealização de um passado no qual as mulheres são representadas de maneira associada à estética burguesa dos anos 1950, cuidando da casa, dos filhos e do marido, expondo uma feminilidade considerada desejável e que estaria sendo ameaçada pelas transformações sociais — geralmente associadas a conquistas dos campos progressistas. Esses discursos fazem mais do que recuperar um passado; eles realizam uma seleção e uma ressignificação de determinadas experiências históricas, apresentadas como um modelo para o presente. Ainda que não possa ser compreendido como um movimento heterogêneo, e que na maioria das vezes os conteúdos não apresentem inicialmente um caráter político explícito, os ideais mobilizados relacionam-se diretamente às concepções mobilizadas pelas direitas conservadoras. Sobretudo no que tange o ataque às pautas progressistas e a oposição a ideais associados aos movimentos feministas. No contexto brasileiro, esses discursos encontram espaço em um cenário de fortalecimento do conservadorismo e das direitas nos últimos anos, especialmente na esfera digital. A partir disso, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira o movimento tradwife mobiliza um passado idealizado dos papéis de gênero do século XX, e como isso está ligado ao crescimento do conservadorismo e ascensão das direitas contemporâneas? A pesquisa propõe, assim, por meio de estudo bibliográfico e da análise das mídias digitais, apresentar reflexões acerca dos usos do passado e sua relação política. Espera-se que essa investigação contribua para traçar um panorama do movimento tradwife no Brasil bem como para elucidar aspectos do papel das mulheres no contexto da escalada de um conservadorismo ligado à direita em ascensão.

Palavras-chave: Tradwife; Usos do Passado; Direitas.

[7] Mestranda em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista: CAPES. mariaeduardafinger19@gmail.com

[8] Mestranda em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista: CAPES. yafavaron@gmail.com

"Schema das theses a serem desenvolvidas pelas blusas-verdes em todos os núcleos do paíz":

as mulheres e a Ação Integralista Brasileira (1932-1937)

Gabriela Rodrigues de Almeida [9]

No interior da Ação Integralista Brasileira, considerado o movimento fascista mais bem sucedido fora da Europa (Pinto, 2021), as mulheres ocupavam um papel bem definido, marcado por uma concepção patriarcal que delimitava funções e expectativas para sua atuação. Embora participassem do movimento como oradoras, enfermeiras, professoras e militantes em diferentes frentes, o integralismo buscava conciliar essa presença no espaço público com a manutenção de um papel considerado "natural" no âmbito doméstico, reafirmando a centralidade da família e da maternidade na ordem social defendida pelo movimento (Simões; Gonçalves, 2012). A institucionalização dessa participação ocorreu em 1936, com a criação da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e de Plinianos (S.N.A.F.P.), responsável por organizar e mobilizar mulheres e jovens integralistas, especialmente no contexto da aproximação das eleições presidenciais de 1937 e da candidatura de Plínio Salgado, principal líder do movimento. Nesse cenário, a imprensa integralista e a atuação das blusas-verdes assumiram papel fundamental na difusão da doutrina e na mobilização de novos militantes (Oliveira, 2009). Surge, nesse contexto, o "Schema das theses a serem desenvolvidas", documento elaborado pela S.N.A.F.P. a fim de apresentar e discutir o papel da mulher no movimento e no Estado Integral. Portanto, o trabalho tem como objetivo analisar de que modo o "Schema das theses [...]" funcionou como instrumento de organização da militância feminina, evidenciando como tal militância se articulou à produção intelectual no interior da imprensa integralista. Metodologicamente, a pesquisa articula as contribuições da História Intelectual, mobilizando as noções de cultura política (Berstein, 1998), práticas e representações (Chartier, 1990) e gênero como categoria de análise (Scott, 1995), de modo a compreender e evidenciar que a atuação das blusas-verdes ultrapassava a simples reprodução da doutrina, constituindo-se também como uma forma de mediação intelectual e de (re)interpretação da doutrina integralista.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; mulheres fascistas; imprensa.

[9] Mestranda em História, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). gabriela.rdalmeida30@gmail.com

Thatcher e a reprodução social do thatcherismo:
um projeto de política, de economia e de gênero

Luís Henrique Fonseca Assumpção[10]

Esta proposta de comunicação tem como objeto o Thatcherismo, entendido como um conjunto estratégico ligado ao projeto político neoliberal de Margaret Thatcher no Reino Unido. O tema central é a reconfiguração do contrato de gênero promovida por esse projeto e a agência política das mulheres conservadoras na sua viabilização.

A pesquisa toma como ponto de partida a polêmica entre Stuart Hall e Bob Jessop. Stuart Hall, ao definir o conceito de "populismo autoritário", caracteriza o Thatcherismo como uma complexa articulação ideológica que cooptou o senso comum da classe trabalhadora, fundindo elementos moralistas e reacionários com a racionalidade neoliberal. Bob Jessop, por sua vez, aborda o fenômeno pela lente da economia política e da reestruturação do Estado. Ele foca na desarticulação de instituições coletivas, sindicatos e na priorização da competitividade internacional, consolidando o Estado como agente do mercado.

O conceito de thatcherismo ganha ainda novos contornos a partir das contribuições analíticas ligadas à dimensão da reprodução social e da agência feminina. Autoras como Beatrix Campbell e Laura Beers analisaram que o projeto neoliberal britânico demandou a transferência da provisão de bem-estar do Estado para a esfera privada, um movimento que dependeu diretamente da reativação de um contrato de gênero tradicionalista. Nesse sentido, nossa defesa é de que o Thatcherismo operou tanto como projeto ideológico (como argumenta Stuart Hall), como quanto projeto político (como argumentou Jessop), como quanto, ainda, um projeto de gênero. Isso se deu mediante a mobilização política de mulheres de direita, convertendo-as em sujeitos estratégicos para a austeridade a partir de imagens como a da "dona de casa prudente" – importante tanto para a justificativa da competência da gestão de Estado (comparada a das mulheres em seus lares) quanto para exclusão de opositoras femininas que escapavam ao ideal preconizado por Thatcher.

Em poucas palavras, portanto, o Thatcherismo é uma estratégia de mobilização de gênero, empregada por Margaret Thatcher, que imprime às mulheres um ideal. Tal estratégia foi operada pelo ativismo de mulheres de direita, que colocavam as "virtudes" das "mulheres do lar" como paradigma para a administração pública e para o combate aos opositores políticos.

A pesquisa ainda debate as marcas e os legados do Thatcherismo na ascensão de novas direitas no século XXI.

Palavras-chave: Thatcherismo; Mulheres de Direita; Reprodução Social.

[10] Mestrando, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista: CAPES. luisfahenrique@gmail.com

Militância feminina de direita:
a análise da participação das mulheres no Portugal do Estado Novo e da ditadura civil-militar brasileira

Lara Coletto[11]

A participação feminina é elemento revelador de uma série de práticas que antecedem os golpes e/ou contribuem na manutenção de regimes ditatoriais de longa duração como os casos do Portugal do Estado Novo e do Brasil da ditadura civil-militar. A ideia de crise do mundo cristão, elemento que compõe o conceito de cidadania por essas sociedades construído dará o aval à participação política feminina em uma dinâmica completamente diferente daquela advinda do estopim revolucionário, de base feminista. A tutela masculina como viabilizadora da inserção das esposas no ambiente público e a impossibilidade do uso do conceito de manipulação favorece o entendimento dos posicionamentos políticos das mulheres como produto da realidade por elas vivenciada. A postura cristã e conservadora norteia a prática política das personagens que lutam inclusive, para a manutenção dessa mesma estrutura social, projetando sua sobrevivência a longo prazo. Utilizando-se do repertório constituinte do ser mãe, com o dever de cuidar e educar, as senhoras conservadoras atuam politicamente apenas nessas duas instâncias, a assistencialista e a educacional. Ajustando o foco para mais distante dos dois objetos analisados, percebe-se que a análise desses casos possibilita a compreensão do papel feminino na elaboração, criação e legitimação de regimes de cunho autoritário, contrapondo a categoria de mulher de esquerda. Militante de um outro projeto de mundo, a mulher conservadora criará a sua versão de participação política, destinada a acentuar o discurso de que ser feminino é equivalente a pertencer ao ambiente privado. Contraditória ou não, foi chave importante para os regimes português e brasileiro.

Palavras-chave: mulheres de direita; ditadura civil-militar; Estado Novo português.

[11] Doutoranda em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista: CAPES. lara.coletto@edu.pucrs.br

Entre a passividade doméstica e o duro serviço da Pátria:
agência feminina na revista falangista Medina (1941-1945)

Gabriela Rocha [12]

Nossa análise se insere no campo historiográfico que examina as experiências e a agência de mulheres em regimes fascistas desenvolvido a partir dos anos 80. No presente trabalho, buscamos analisar a construção da identidade de "militantes" na revista Medina (1941-1945), editada pela Seção feminina (SF) da Falange Espanhola Tradicionalista (FET), partido único e movimento fascista na Espanha de Franco. Em vista da discussão acerca da agência, partimos dos problemas historiográficos identificados por Victoria Loree Enders. Segundo Enders (1998), ao longo dos anos, a historiografia privilegiou o estudo das mulheres de esquerda, resistentes ao regime franquista e "vencedoras" da restauração democrática, contribuindo para a consolidação da imagem das mulheres de direita como "submissas", "retrógradas" e "cúmplices" do regime. Contudo, argumentamos que, ao analisar as páginas de Medina (1941-1945), uma das revistas oficiais da SF, encontramos uma imagem distinta. Após a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), as mulheres da SF compreendiam suas experiências como heroicas e indispensáveis para a reconstrução nacional na medida em que transmitiam os valores da Nova Espanha e sacrificavam a tranquilidade doméstica nas atividades da FET. Por meio da análise da revista, demonstramos como as falangistas aproveitavam da mobilização das massas femininas para ultrapassar os limites normativos impostos pelo fascismo. Nesse sentido, as ambivalências das experiências das mulheres em regimes autoritários e movimentos fascistas nos propõem desafios analíticos, sobretudo na aplicação do conceito de "agência" para além de um sinônimo de "resistência" e, por conseguinte, na localização de possibilidades de reprodução consciente de normas sociais. Ademais, buscamos também identificar as formas de agência feminina no espaço doméstico, recusando a sua oposição à esfera política e a representação das donas de casa como atores políticos "parciais" ou "imperfeitos". Portanto, entre o retrato da passividade doméstica e a afirmação do duro serviço da Pátria, reside a formação da consciência política e da agência feminina falangista.

Palavras-chave: Agência; Falange Espanhola; Franquismo; Medina; Seção Feminina.

[12] Bacharel em História, Universidade de São Paulo (USP). gabriela25ro@usp.br

"Mulheres x Erika Hilton":
os ataques de uma deputada de direita à eleição de Erika Hilton (Cmulher, 2026)

Bruna Busnello[13]
Luiza Waulczinski[14]

Em 11 de março de 2026, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) foi eleita a primeira mulher trans a presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados do Brasil. A posse da presidenta foi legítima, mas provocou diversas reações da oposição, por não ser uma mulher cisgênero. Aqui, entendemos que o gênero não é essencialmente biológico, mas sim, resultado de construções sociais e culturais (Nascimento, 2023). As críticas emergiram de diversas formas: nas reuniões da comissão com deputadas interrompendo-a sucessivamente; em publicações nas redes sociais e até mesmo na mídia televisiva. Neste artigo, destacamos os ataques realizados nas publicações do Instagram de Julia Zanatta (PL), deputada federal eleita por Santa Catarina. Especificamente, analisamos três publicações das semanas em que ocorreu a eleição. A estratégia da deputada de direita, ao usar o Instagram como palco para o debate público, com uma quantidade notável de seguidores/as, tal como, com uma boa interação entre os conteúdos postados, curtidas e comentários, movimenta e alimenta o discurso neoconservador, alinhado a moralidade e à defesa da família e das crianças, pautas enriquecedoras da extrema direita brasileira. A violência e a misoginia se conectam a esses discursos quando deslegitimam e não reconhecem a autoafirmação de Erika Hilton como mulher. Para além disso, como contrapartida, observamos também a forma como Erika Hilton resistiu a essas críticas, em duas publicações feitas em sua rede social. Nossa metodologia compreende as redes sociais digitais como fontes históricas, portanto, realizamos as mesmas perguntas que faríamos à quaisquer outras fontes: quem, o que, quando, onde e por quê? (Maynard, 2022). Como resultados prévios, notamos que as violências contra Erika assumiram um duplo caráter: violência política de gênero e violência digital (Bacci, 2025). Além disso, as publicações são carregadas de um teor misógino e transfóbico e colocam a categoria de "mulher" em disputa, representando a face da direita contemporânea. Não obstante, percebemos que as redes sociais também podem ser úteis como um lugar de práticas de resistência.

Palavras-chave: mulheres na política; misoginia; Instagram; violência política de gênero.

[13] Doutoranda em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). bruna.busnello16@gmail.com

[14] Doutoranda em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). luizaraquelw@hotmail.com

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário